

O dilema sírio

Roberto Carvalho de Medeiros (*)

Desde 2011 são produzidos trabalhos para ajudar reflexão sobre os principais atores internacionais, coadjuvantes ou não do fenômeno denominado de “Primavera Árabe”, com destaque para a Síria e suas ligações políticas e religiosas na região.

As longas manifestações populares na Turquia contra o atual primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan, mais voltado para presença religiosa do Islã dentro do Estado turco, e a ruptura do poder no Egito por parte dos tradicionais militares depondo o presidente eleito islamita Mohamed Mursi, pertencente à Irmandade Muçulmana, demonstram que tal fenômeno se encontra distante de ser bem compreendido, menos ainda a consolidação dos seus efeitos, quer como ganhos, quer como perdas.

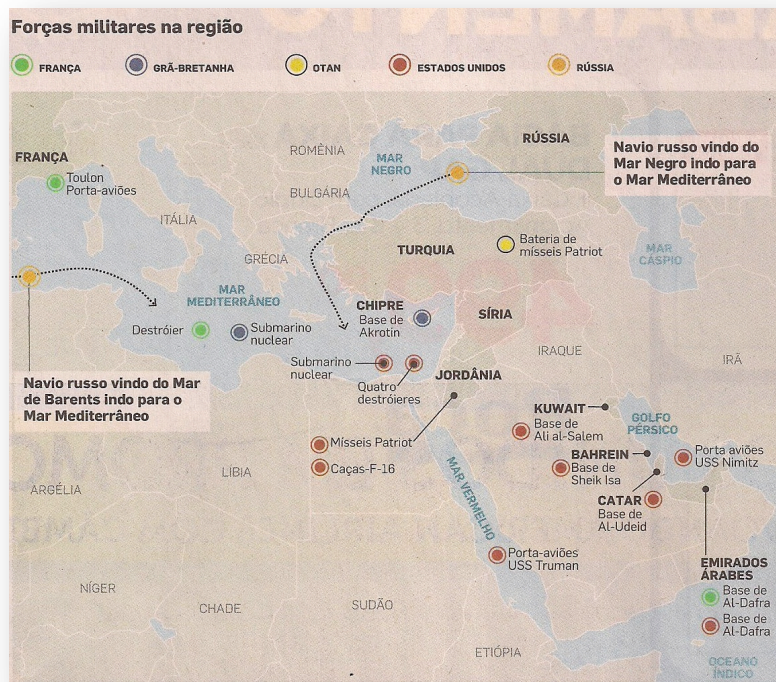
A partir dos primeiros momentos de sua crise interna, a Síria enfrentou os insurgentes de forma pesada por meio das forças de segurança, especialmente no norte do país, desencadeando a fuga de milhares de refugiados para a Turquia. A Liga Árabe anunciou a suspensão da Síria e promoveu sanções econômicas ao regime, seguida pelos EUA, Árabes, União Européia e Turquia, que estrangularam a economia síria. Por ser próximo ao Irã e possuir histórica “simpatia” (apoio militar) para com o braço armado do partido político *Hezbollah*, no Líbano, e Hamas na Palestina (Faixa de Gaza), a violência localizada se propagou para outras partes do país, com reflexos diretos para Israel, Turquia, Jordânia, e Líbano. Bashar Assad se manteve ainda no poder por causa do apoio das Forças Armadas, aliadas com as elites econômicas sírias, apesar de importantes chefes militares sírios terem desertado por não concordarem com os métodos de emprego da força empregados por Assad contra sua própria população, e do apoio político e bélico da Rússia.

A Síria faz fronteira com a Turquia (ao norte), Iraque (a leste e sudeste), Jordânia e Israel (ao sul) e Líbano (a oeste). Portanto, é um espaço estratégico de grande importância no Oriente Médio, por possuir fronteiras secas e molhadas com as principais nações da região, além de se encontrar bem próxima a outros Estados de peso político e militar como o Egito e a Arábia Saudita.

Também existe a questão curda que reclama independência política junto à Turquia, Armênia, Azerbaijão, Irã, Iraque e a própria Síria, por se encontrar pulverizado em parcelas dos territórios desses seis Estados.



O emprego de armas de destruição de massa como ocorreu recentemente dentro do território sírio está promovendo reações de contornos políticos distintos por parte da comunidade internacional e estimula a real possibilidade o uso da força inicialmente por parte de uma coalizão entre os EUA, a França e o Reino Unido. Como o parlamento britânico negou a participação do país, restou somente os dois primeiros para empreender tal empreitada militar. Todavia, Barak Obama decidiu consultar o congresso americano para receber o apoio parlamentar em nome dos seus cidadãos antes de iniciar o ofensiva que, a princípio, de acordo com suas próprias declarações, será limitada a objetivos militares sírios e sem a presença de tropa em terra, ou seja, por meio de ataques cirúrgicos lançados por plataformas no mar (navios e submarinos) e no ar (aeronaves).



Esta perigosa crise política-internacional corrobora para insignificância do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS-NU) em face da composição dos membros permanentes, vencedores do último conflito global, particularmente pela posição contrária do governo russo e chinês (ambos possuem o direito de veto nas votações para resoluções do CS-NU) e a inutilidade da Liga Árabe para atuar como ator relevante nesse tipo de Crise.

No possível caso dos rebeldes terem lançado tais armas químicas, a meu ver menos provável, resta o receio de que facções radicais sírias lideradas por elementos do grupo terrorista Al-Qaeda já presentes no território sírio tenham também acesso a essas terríveis armas para uso em suas ações de terror na região.

No cenário mais provável da responsabilidade do emprego de gás venenoso por parte das forças armadas do governo Sírio resta saber se o seu arsenal está protegido contra ações de bombardeio de grande potencial destrutivo a fim de evitar seu alastramento pela região. A lógica do conflito sinaliza na possibilidade de repetição desse emprego no caso de uma intervenção exterior, mesmo limitada a alvos estratégicos e militares.

A fuga de milhares de sírios principalmente para a Jordânia e Líbano já chega a um número assustador, criando campos de refugiados para mais de dois milhões de pessoas, sem as condições sanitárias adequadas e com disponibilidade de alimentação muito inferior à demanda que cresce a cada dia.

Para construir uma Síria unificada e pluralista é necessária a chegada de uma força internacional que assuma o controle do país, monopolize todas as armas e se torne o intermediário de uma longa transição. Os sírios não podem fazer isso sozinhos. Ocorre que uma força externa não é possível no século atual e o Iraque demonstrou como é difícil que isso funcione, isso sem falar no Afeganistão.

O presidente norte-americano foi na melhor das hipóteses infeliz na sua assertiva de alertar a Síria e o mundo todo de que se o governo de Assad empregasse arma de destruição de massa contra seu próprio povo seria a ultrapassagem de uma linha vermelha limítrofe para uma intervenção dos EUA por meio do emprego da força militar.

Por outro lado, os EUA precisam de uma resposta em termos de estratégia que impeça um novo ataque com gás venenoso e, ao mesmo tempo, não envolva o país na guerra civil e não leve ao repentino colapso do Estado sírio com todas as suas armas químicas ou, pior, a um fortalecimento do regime e seus aliados: *Hezbollah* e Irã.

É fácil para Rússia, China e Irã denunciar um bombardeio americano, mas é muito mais difícil para eles defender o uso de armas de destruição em massa pela Síria. Portanto, os EUA devem obrigá-los a optar. Contudo, antes de por a efeito uma decisão ofensiva, que tal Barak Obama conversar com Putin para propor inicialmente sua participação direta e exclusiva na crise por meio da influência política e militar que a Rússia detem perante Assad visando a uma inspeção nos arsenais de armas químicas que a Síria possui estocadas para posterior entrega desse arsenal, por completo, para a ONU, sob supervisão direta de representantes russos?

Tal linha de ação evitaria a deflagração de mais um conflito armado no Oriente Médio, cujas respostas sírias podem refletir nos seus vizinhos, disparando uma reação em cadeia de dimensões imprevisíveis. O que ganharia Assad e seus seguidores? Não serem mortos e/ou serem exilados, e permitiria uma transição mais estável do atual regime para outro liderado pelo secular Exército Livre, afastando a possibilidade dos jihadistas pró Al-Qaeda como, por exemplo, a Frente Nusra, de participarem do futuro poder político sírio.

Assim, os EUA devem levar os responsáveis pelo emprego indiscriminado de armas de destruição em massa perante o Conselho de Segurança da ONU para que sejam condenados e conduzi-los ao Tribunal Penal Internacional. Precisa torná-los figuras notórias como pessoas procuradas por crimes contra a humanidade.

Não há muitas chances de Bashar Assad, seus familiares e seguidores, militares e civis, serem levados à Justiça agora, mas não subestimem até que ponto poderia ser um elemento de dissuasão se a comunidade mundial impusessem tal condição para que nem eles nem suas famílias nunca mais pudessem viajar para qualquer lugar que fosse, salvo Coreia do Norte e Irã. Talvez até pudesse fazer com que alguns dos partidários de Assad quisessem se livrar dele e buscar um acordo.

Pode não ser a melhor solução para o conflito, mas entendo ser a menos violenta e com menor impacto político-social naquela conturbada região. Caso Bashar Assad não aceite tal proposta da Rússia, certamente o CS-NU daria respaldo para uma intervenção internacional, agora liderada tanto pelos EUA como a Rússia, com a devida prudência para não alastrar as ações bélicas além das fronteiras sírias e conceder prioridade para acessar ao arsenal de armas químicas de forma adequada, segura e definitiva, na sua totalidade, sob a égide da própria ONU.

(*) – Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref.), membro do Instituto Sagres.